

SUMÁRIO

<i>Prefácio de LUIZ GONZAGA BELLUZZO</i>	3
<i>Nota explicativa</i>	17
<i>Nota à 5ª edição</i>	19
<i>Nota à 4ª edição</i>	21
<i>Nota à 3ª edição</i>	21
<i>Nota à 2ª edição</i>	22

PRIMEIRA PARTE

DISCURSO SOBRE A

INTERPRETAÇÃO/APLICAÇÃO DO DIREITO

<i>I – Interpretação e compreensão do direito</i>	25
<i>II – Por que interpretamos o direito</i>	26
<i>III – Interpretamos normas?</i>	27
<i>IV – Norma jurídica e norma de decisão</i>	28
<i>V – Interpretação e concretização do direito</i>	29
<i>VI – O caráter alográfico do direito</i>	30
<i>VII – A produção da norma pelo intérprete</i>	32
<i>VIII – A metáfora da Vênus de Milo</i>	33
<i>IX – Mais de uma Vênus de Milo</i>	34
<i>X – Interpretação = aplicação; interpretação dos textos e dos fatos</i>	35
<i>XI – A chamada “moldura da norma”</i>	36
<i>XII – O relato dos fatos</i>	37
<i>XIII – A interpretação do direito</i>	38
<i>XIV – A interpretação do direito é uma prudência</i>	39
<i>XV – Inviabilidade da única solução correta</i>	40
<i>XVI – Prudência, pré-compreensão e círculo hermenêutico</i> ..	41
<i>XVII – Cânone e pautas para a interpretação</i>	43

<i>XVIII – Não se interpreta o direito em tiras</i>	44
<i>XIX – A finalidade do direito e as normas-objetivo</i>	45
<i>XX – Os princípios</i>	46
<i>XXI – Os princípios de direito</i>	47
<i>XXII – A não-transcendência dos princípios</i>	48
<i>XXIII – Princípio é norma jurídica</i>	49
<i>XXIV – Kelsen e a positivação dos princípios</i>	50
<i>XXV – Oposição e contradição entre princípios</i>	52
<i>XXVI – As regras são aplicações dos princípios; o afastamento de um princípio implica perda de efetividade da regra que lhe dá concreção</i>	53
<i>XXVII – A importância dos princípios para a interpretação e a falsa neutralidade política do intérprete</i>	55
<i>XXVIII – Negação da discricionariedade judicial</i>	56
<i>XXIX – A força normativa e a contemporaneidade do direito</i>	58

SEGUNDA PARTE

ENSAIO SOBRE A

INTERPRETAÇÃO/APLICAÇÃO DO DIREITO

I – A interpretação

<i>1. Introdução</i>	63
<i>2. A interpretação até os anos 70, subsunção e interpretação negativa</i>	69
<i>3. Interpretar/compreender</i>	73
<i>4. Situações de isomorfia e situações de interpretação</i>	74
<i>5. Por que se impõe a interpretação do direito?</i>	75
<i>6. A exposição de Friedrich Müller e a concretização do direito</i>	77
<i>7. Os contextos da interpretação</i>	80
<i>8. Compreender e reexpressar</i>	80
<i>9. Significantes e significados</i>	81
<i>10. Artes autográficas e artes alográficas</i>	81
<i>11. O texto normativo é alográfico</i>	82
<i>12. A determinação do conteúdo normativo</i>	83
<i>13. Texto e norma (as normas resultam da interpretação)</i>	84
<i>14. O intérprete produz a norma</i>	86

15. O intérprete autêntico	89
16. Interpretação = aplicação	90
17. A interpretação autêntica	96
18. Interpretação dos textos e dos fatos	97
19. A interpretação dos fatos	98
20. A hipótese de Durrell	99
21. Discurso do direito/discurso jurídico e a(s) ideologia(s) do direito	100
22. Contraponto	101
23. O texto e os fatos, a norma jurídica e a norma de decisão ..	102
24. A interpretação é uma prudência; a inviabilidade da única solução correta	104
25. Cânone de interpretação	108
26. O pensamento de Esser	109
27. A compreensão	110
28. A pré-compreensão e o círculo hermenêutico [Gadamer] ..	112
29. (segue)	115
30. (segue)	115
31. Acontecimentos por ela considerados e que influenciam a decisão judicial	117
32. As inúmeras soluções corretas	118
33. A atualização do direito	120
34. As ideologias de interpretação e a atualização do direito ...	122
35. A “vontade do legislador”	124
36. Ideologias de interpretação na experiência da Corte Suprema Norte-Americana	127
37. O direito é um dinamismo	129
38. Não se interpreta o direito em tiras	131
39. A finalidade do direito e as normas-objetivo	132
40. O caso belga	136
41. Os princípios	139

II – Os princípios

42. Princípios jurídicos/princípios de direito e princípios gerais do direito	141
43. Quais princípios?	144
44. O direito posto e o direito pressuposto	147
45. O direito e os direitos	148

46. <i>Direito pressuposto e princípios</i>	149
47. <i>A não-transcendência dos princípios</i>	150
48. <i>(segue)</i>	153
49. <i>(segue)</i>	154
50. <i>Importância dos princípios</i>	158
51. <i>Princípio é norma jurídica</i>	161
52. <i>(segue)</i>	163
53. <i>(segue)</i>	164
54. <i>(segue)</i>	169
55. <i>A crítica de Kelsen</i>	169
56. <i>Princípios: descoberta e posituação</i>	170
57. <i>A diferença entre princípio e regra [Dworkin]</i>	173
58. <i>Críticas à exposição de Dworkin</i>	176
59. <i>A diferença entre princípio e regra [Jean Boulanger e Crisafulli]</i>	179
60. <i>A diferença entre princípio e regra [Zagrebelsky]</i>	181
61. <i>A diferença entre princípio e regra [Alexy]</i>	182
62. <i>A diferença entre princípio e regra [Canotilho]</i>	185
63. <i>A diferença entre princípio e regra [Luís Prieto Sanchís]</i> ..	186
64. <i>Ainda a diferença entre regra e princípio</i>	187
65. <i>Os chamados “princípios” da proporcionalidade e da razoabilidade</i>	188
65-bis. <i>(segue)</i>	192
66. <i>Antinomias</i>	194
67. <i>Oposição e contradição entre princípios</i>	196
68. <i>O afastamento de um princípio implica perda de efetividade da regra que lhe dá concreção</i>	197
69. <i>Ausência de regras sobre a dimensão de peso dos princípios</i>	198
70. <i>Jogos de princípios</i>	199
71. <i>As regras são aplicações dos princípios</i>	201

III – Ainda a interpretação

72. <i>Importância dos princípios para a interpretação</i>	207
73. <i>A falsa neutralidade política do intérprete</i>	211
74. <i>Interpretação e regime político</i>	212
75. <i>Negação da discricionariedade judicial</i>	214
76. <i>A subversão do texto</i>	218

77. A força normativa do direito	219
--	-----

IV – Apêndice I – A linguagem e os conceitos jurídicos

78. Sobre a linguagem jurídica	221
79. (segue)	222
80. (segue)	223
81. (segue)	225
82. (segue)	226
83. Conceito e conceito jurídico	227
84. (segue)	228
85. (segue)	229
86. (segue)	230
87. (segue)	231
88. (segue)	231
89. Ascarelli e os conceitos jurídicos	233
90. Ainda os conceitos jurídicos	235
91. (segue)	236
92. Conceitos e definições jurídicas	237
93. Os chamados “conceitos indeterminados”, os tipos de conceitos jurídicos e a interpretação	238
94. (segue)	239
95. Conceito e noção	240
96. (segue)	242
97. (segue)	244

V – Apêndice II – A interpretação negativa

98. Interpretação negativa	245
99. Interpretação do direito e soberania	247
100. Ainda a interpretação negativa	248
101. (segue)	252
102. (segue)	259
103. (segue)	265
104. O princípio da reserva interpretativa	267
105. A atualidade da interpretação negativa	268

VI – Apêndice III – Ascarelli, a interpretação, o texto e a norma

106. Ascarelli e a interpretação do direito	271
---	-----

107. <i>A concepção ascarelliana da interpretação do direito</i>	272
108. <i>(segue)</i>	273
109. <i>Oposição entre tutela da segurança jurídica e da liberdade individual e função da interpretação no desenvolvimento do direito</i>	274
110. <i>Dimensão legislativa e dimensão normativa do direito</i>	274
111. <i>(segue)</i>	275
112. <i>A falsa oposição entre o velho e o novo</i>	275
113. <i>Separação dos poderes, texto e norma</i>	276
114. <i>(segue)</i>	277
115. <i>Quem tem medo dos juízes?</i>	277
116. <i>Atualidade de Ascarelli</i>	278

VII – Apêndice IV – Sobre a interpretação da Constituição

117. <i>A interpretação da Constituição; Constituição escrita e Constituição [Hegel]</i>	279
118. <i>Constituição formal e a Constituição material</i>	280
119. <i>Constituição e pensamento liberal</i>	280
120. <i>O discurso do texto normativo, o discurso normativo e a atualização da Constituição</i>	281
121. <i>Constituição e dinamismo da vida político-social</i>	281

VIII – Apêndice V – Interpretação, discricionariedade e ponderação

122. <i>Interpretação e discricionariedade</i>	283
123. <i>Ponderação entre princípios e norma de decisão</i>	284
124. <i>Ponderação entre princípios e discricionariedade segundo Riccardo Guastini</i>	284
125. <i>Ponderação como juízo não de legalidade e esterilização do caráter normativo dos princípios</i>	285
126. <i>Desafio e perigo da ponderação e incerteza jurídica</i>	286
127. <i>Derrida e a decisão jurídica</i>	287
128. <i>Ainda a incerteza jurídica</i>	287
129. <i>Racionalidade jurídica e calculabilidade e previsibilidade dos comportamentos sociais</i>	288
129a. <i>A tirania dos valores (Carl Schmitt)</i>	288
130. <i>A flexibilização do sistema</i>	289

IX – Apêndice VI – O equilíbrio, a regularidade e a harmonia do sistema jurídico

131. O plano do dever-ser é um espelho do plano do ser; direito moderno e transgressão	291
132. Mercado, capitalismo e transgressão	292
133. A estabilidade, a regularidade, a harmonia do sistema jurídico dependem da sua transgressão	293
134. A exceção	294
135. A exceção e o direito; o milagre e a teologia (Carl Schmitt)	295
136. O Supremo Tribunal Federal e a captura de situações de exceção	296
137. Proporcionalidade e razoabilidade e exclusão de determinadas situações do sistema jurídico	298
138. O Supremo Tribunal Federal e o controle da proporcionalidade e da razoabilidade das leis	299
139. Justificativa teórica do controle da razoabilidade e da proporcionalidade das leis (a exposição do Ministro Celso de Mello)	310
140. Proporcionalidade e razoabilidade e transgressão do sistema jurídico	313
141. Nota final sobre a plasticidade do sistema jurídico	314
Bibliografia	315